

# **O turismo rural como alternativa de desenvolvimento para a agricultura familiar: investigação sobre suas possibilidades nos Municípios de Taquara e Rolante (RS)\***

*Deivis Cassiano Philereno*

*Mestre em Economia do Desenvolvimento  
pela Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul (PUCRS)  
Doutor em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento pela Universidade  
Federal do Paraná (UFPR)*

*Osmar Tomaz de Souza*

## **Resumo**

*Este artigo tem como principal objetivo analisar a importância do turismo rural como fonte de sustentabilidade para o pequeno e o médio produtor no Município de Taquara. Para isso, foi comparado o município em estudo, que ainda não possui o turismo rural, com o Município de Rolante, que possui o turismo rural implantado, intitulado Caminho das Pipas. Primeiramente, realizou-se o estudo da evolução agrária nos Vales do Sinos e Paranhana, onde os municípios estão localizados. Após a compreensão dessa evolução, procurou-se conhecer um pouco mais sobre a atividade do turismo, em especial sobre o turismo rural. Também fez-se uma pesquisa de campo junto aos produtores que fazem parte do Caminho das Pipas, a fim de se certificar se essa atividade colaborou para a sustentabilidade de suas propriedades. Realizou-se a mesma pesquisa no Município de Taquara, para saber se esses produtores praticavam atividades que são importantes para a implantação do turismo rural. Foram entrevistados os Secretários de Turismo dos respectivos municípios e comparados os dados relatados pelos agricultores que estão envolvidos com a atividade com os dos produtores que não estão. Por fim, analisaram-se e compararam-se as informações desses produtores com as teorias sobre turismo rural e com as*

---

\* Artigo recebido em dez. 2008 e aceito para publicação em jun. 2009.

*políticas de apoio e/ou ação aplicadas pelas atuais gestões públicas dos municípios.*

## **Palavras-chave**

**Desenvolvimento rural; turismo rural; sustentabilidade.**

### ***Abstract***

*The main objective of this study is to analyze rural tourism as a strategy for sustainable development in small and medium farms. To reach this aim we compare two alternative places which are in different stages of rural tourism development. The first is Caminho das Pipas, which was implemented some years ago in the municipality of Rolante. The second case is Caminhos de Rodeio Bonito in the municipality of Taquara, which is a potential touristic route, but it is not working yet. The study was developed through the following steps. Initially we present a review of the literature about rural development and rural tourism evolution. Willing to compare the two municipalities a survey was conducted, interviewing producers involved in each experience and also other social actors and policy makers. The results show that rural tourism can be an alternative to generate income, labor and diversification. However, it demands special qualifications, good infrastructure and investments from both, producers and policy makers.*

### ***Key words***

***Rural development; rural tourism; sustainability.***

**Classificação JEL: R00, R11, R12.**

## **1 Introdução**

A política agrícola no Brasil, nas décadas de 70 e 80, principalmente através da Política de Crédito Rural, foi direcionada a atender a médios e grandes produtores, privilegiando culturas de exportação em detrimento das culturas domésticas, desamparando o pequeno agricultor familiar e pauperizando o campo.

Em muitos municípios do Rio Grande do Sul, podem-se encontrar muitos exemplos de impactos de tais políticas. Alguns autores, como Baldasso (2001), Schneider (1999) e Silva (2000), dentre outros, estudaram o assunto.

A falta de crédito para os pequenos e os médios produtores impulsionou a saída em massa dos produtores de suas propriedades. Os indicadores do êxodo rural observados no Estado a partir da década de 70 corroboram essa afirmação. Em 1970, a população rural representava 46,67% da população total do Estado; em 1980, havia-se reduzido para a casa dos 32,47%; e, em 2000, representava apenas 18,35% da população total (IBGE, 2000).

A expansão da produção de soja, que ganhou impulso nos anos 50 e se disseminou rapidamente por todos os estados do sul do Brasil durante a década de 60, também contribuiu para as mudanças na agricultura estadual. Na década de 70, essa cultura chegou a ocupar 60% do total da área plantada no Estado.

Na agricultura dos Municípios de Taquara e Rolante, esse também é um aspecto histórico importante, visto que se trata de uma agricultura de pequeno porte. Segundo o IBGE, (1996), o Município de Taquara contava, no último **Censo Agropecuário**, com um total de 1.261 propriedades, sendo que 1.178 propriedades se situavam no estrato igual ou inferior a 50 hectares, representando 93,42% do total, enquanto o Município de Rolante possuía 838 propriedades, sendo que 803 possuíam área menor ou igual a 50 hectares, o que representa 95,82% das propriedades. Além da predominância das pequenas propriedades, as características geográficas e físicas do meio rural dos municípios são muito semelhantes, com relevo bastante acidentado, restrições de uso do solo e o mesmo tipo de produção predominante — mandioca, milho, arroz, feijão e criação de animais em pequena escala —, produção esta que não estava no rol dos maiores beneficiários da política de crédito do período da modernização, contribuindo para que os agricultores locais pouco acessassem o crédito rural no período da modernização.

Entre 1970 e 1991, a participação relativa da população rural na população total do Município de Taquara havia passado de 41,34% para 17,35%; em Rolante, no mesmo período, reduziu-se de 83,31% para 25,71% (IBGE, 2000).

É nesse cenário de fragilidade socioeconômica e dilemas do desenvolvimento rural que se insere o presente trabalho. O objetivo é estudar a importância do turismo rural para a geração de trabalho e renda e, além disso, sua capacidade de contemplar as dimensões sociais, ambientais e culturais do desenvolvimento.

Para tanto, além de estudo bibliográfico, foi realizada pesquisa de campo em 22 propriedades que desenvolvem atividades de turismo rural nos Municípios de Taquara e Rolante, ambos situados no Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul. Tais propriedades fazem parte de duas rotas turísticas: o Caminho das

Pipas do Município de Rolante e os Caminhos de Rodeio Bonito do Município de Taquara.

Neste texto, apresentam-se os principais resultados da pesquisa. Na parte 2, faz-se um breve resgate dos estudos sobre as atividades não agrícolas e a pluriatividade agrícola. Em seguida, na parte 3, trata-se do tema turismo rural e de suas terminologias, bem como sua relação com o desenvolvimento rural. Na parte 4, discutem-se os resultados da pesquisa de campo e, finalmente, tecem-se as **Considerações finais**.

## 2 As atividades não agrícolas no meio rural: a pluriatividade da agricultura

Ao longo do século XX, frente às muitas realidades da agricultura e do mundo rural em diversos países, iniciaram-se as discussões em torno de termos como agricultor em tempo parcial, atividades não agrícolas no meio rural, empregos múltiplos, fontes de renda diversificadas e pluriatividade.

No Brasil, somente na década de 90 é que a temática despertou o interesse de pesquisadores, com destaque para os trabalhos de Schneider (1994; 1999), Silva (1995; 1998) e Kageyama (1998).

Kageyama (1998) lembra que foi na década de 70 e no início dos anos 80 que longos debates sobre o assunto foram realizados, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A autora aponta que, nesse período, foi estabelecido que a unidade de análise relevante para o tema seria a família e que a agricultura de tempo parcial não seria um fenômeno temporário, tampouco de transição, no desenvolvimento agrícola. Ao contrário, constituía-se uma forma bem-definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países.

No entanto, a expressão que caracterizou o discurso, no final dos anos 80, na Europa foi *pluriactivity*, conhecida no Brasil como pluriatividade. Contudo a definição desse conceito ainda hoje é permeada por divergências. Alguns autores consideram, por exemplo, que ela inclui atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados, podendo incluir emprego em outros estabelecimentos agrícolas, ou não, enquanto, para outros, o termo pluriativo deve ser usado para identificar os agricultores que exercem outras atividades remuneradas, para os quais a agricultura não é a principal atividade, em termos seja de tempo de trabalho, seja de renda (Fuller apud Kageyama, 1998).

O fato é que as atividades não agrícolas no meio rural estão sendo responsáveis, cada vez mais, pela ocupação econômica do campo, introduzindo nas propriedades novas estratégias familiares de reprodução.

Para Novaes (apud Teixeira, 1998, p. 30),

As atividades do meio rural podem representar um instrumento valioso na revitalização do ambiente cultural de uma região, além de beneficiar o produtor rural com uma fonte complementar de renda e, principalmente contribuir para evitar o êxodo rural, melhorando a qualidade de vida dos que vivem em diferentes localidades rurais.

A pluriatividade remete a um fenômeno em que os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades, com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas. Essas atividades podem desenvolver-se tanto no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração — industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva — que, conjuntamente, impliquem o aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (Rabahy, 1990).

Na concepção de Silva e Grossi (1999), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Le Heron (apud Kageyama, 1998, p. 553) entende que "[...] a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital".

O mesmo autor salienta que a análise da pluriatividade deve contemplar não apenas a unidade produtiva, mas também o contexto, pois considera que sua ocorrência é uma das respostas que as famílias procuram dar a mudanças das circunstâncias tanto econômicas quanto sociais. Tais argumentos conduzem o autor a perceber a pluriatividade como um potencial de:

[...] diversas "negociações" ou estratégias entre indivíduos que possuem diferentes posições na família e no negócio agrícola, e que ajustam suas atividades levando em conta o ciclo familiar, a organização do estabelecimento e do trabalho doméstico, os riscos envolvidos na menor dedicação à atividade agrícola, visando assegurar a continuidade da família no negócio de uma geração à seguinte (Le Heron apud Kageyama, 1998, p. 559).

Souza (1999) afirma, inclusive, que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois, como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na visão de Graziano da Silva (Silva, 1997), o meio rural brasileiro ganhou novas funções e, por isso, já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Para ele, o agricultor não é mais

somente um agricultor, pois, dentro ou fora de sua propriedade, ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, segundo o mesmo autor, estaria associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural. Para ele, "novas" formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Dentre elas, são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias, etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazendas-hotel, pesque-pague, etc.). Essas "novas" atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiares ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir para a melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas.

Vale lembrar-se que, nessa perspectiva, esse "novo rural", do qual emergem novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, parece não refletir a realidade de regiões cuja agricultura não passou por um processo de modernização tecnológica.

Apesar disso, da Silva, Froehlich e Rodrigues (apud Pires, 2001, p. 126) concordam com Graziano da Silva, ao afirmarem que "[...] o espaço rural não se define mais pela atividade agrícola".

Na mesma linha, Pires (2001, p. 129) indica que "[...] o espaço rural já não é aquele tão e somente tradicional, pois nele passaram a ser introduzidas as produções de serviços e bens não agrícolas, com grande ênfase para aqueles de natureza turística e voltados para o lazer".

Nas palavras de Graziano da Silva,

Um novo ator social já desponta nesse novo rural: as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas na ocupação de seus membros. A característica fundamental dos membros dessas famílias é que eles não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas: combinam atividades dentro e fora do seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que estão se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais (Silva, 2001, p. 1).

Com a expansão do turismo, foram criadas novas possibilidades de trabalho, especialmente ligadas às áreas de construção civil e de serviços para o conjunto

da mão de obra familiar. Atividades como as de pedreiros, caseiros, jardineiros, faxineiras e cozinheiras têm-se tornado constantes e importantes fontes de renda para o orçamento familiar dos produtores agrícolas, que se veem obrigados, cada vez mais, a exercerem a pluriatividade para sobreviverem. Já os produtores que possuem algum capital podem investir em casas de aluguel, pousadas ou restaurantes, para que possam obter uma outra fonte de renda.

A afirmação de Graziano da Silva e Grossi (apud Schneider; Fialho, 2000, p. 30-31) reforça tal aspecto.

As atividades agrícolas já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural [...] e que o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido à pequena importância na geração de renda. Essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações. Entre essas, pode-se destacar o turismo rural como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural.

Com isso, a terra e a atividade agrícola passam a adquirir novos contornos. A terra continua sendo lugar de moradia e meio para produção de alimentos de subsistência, sendo que a antiga ocupação agrícola passa a dar lugar a uma diversidade de funções e ocupações, como sítios de recreio, pousadas, hotéis-fazenda, dentre outras, proporcionadas pela relativa proximidade da cidade e pela valorização do espaço agrário. Dessa maneira, os pequenos produtores não estariam isentos de fatores externos como a especulação imobiliária e a diminuição das áreas cultiváveis.

Marsden (apud Schneider, 1999) considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato.

Esse mesmo autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado local de trabalho e, conseqüentemente, a adoção da pluriatividade nas famílias rurais.

Essa revalorização do espaço rural consiste um aspecto central do desenvolvimento das atividades turísticas no campo, e é ao turismo rural que se dedica a seção a seguir.

### **3 O turismo rural: conceitos, terminologias e relações com o desenvolvimento rural**

Conforme ressaltou-se no ponto anterior, o turismo rural pode representar uma nova forma de ocupação da mão de obra e maior remuneração em relação às atividades tradicionais, podendo proporcionar também aumento na qualidade de vida das famílias e maior estabilidade econômica na propriedade rural. Entretanto a conceituação do turismo rural e sua relação com o tema do desenvolvimento rural são permeados de divergências.

A expressão turismo rural é empregada muitas vezes, no sentido genérico, como o conjunto de atividades que se desenvolvem no meio rural, tendo como objetivos proporcionar, ao produtor rural, a complementação da renda e, ao visitante, o descanso, o contato com os valores culturais e patrimoniais tradicionais, ou, até, a prática do lazer num âmbito diferente do da cidade.

Há uma considerável gama de expressões e terminologias a ele associados, dentre as quais (Carvalho, 1992):

- a) turismo rural tradicional de origem agrícola - propriedades que historicamente se constituíram como unidades de produção agrária durante o ciclo do café, cujo patrimônio arquitetônico é representado pela sede da fazenda, áreas de pesque-pague, ordenha de vacas, colheita de frutas, dentre outros;
- b) turismo rural tradicional de origem pecuária - são áreas onde a atividade de criação de gado funcionou como instrumento de apropriação do território durante o início da colonização, atualmente oferecem infraestrutura para hospedagem;
- c) turismo rural tradicional de colonização europeia - cuja origem está relacionada à história da imigração europeia no Brasil, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do País;
- d) turismo rural artesanal de origem colonial - propriedades rurais tradicionais, com instalações simples nas quais os proprietários residem no local e cujos meios de subsistência provêm das atividades rurais. Vivem do consórcio das atividades agropecuárias com o turismo, estes desempenhando uma atividade econômica complementar. Recebem os turistas nas dependências de suas casas, com eles compartilhando sua moradia. Fazem e vendem produtos artesanais de origem rural, como compotas, pães, biscoitos, etc. Trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar;
- e) turismo rural contemporâneo - opõe-se à primeira categoria por englobar equipamentos implantados mais recentemente, notadamente a partir

dos anos 70, quando o turismo começou a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil. Modalidade alternativa ao turismo "sol e praia", assumindo importância maior à medida que a população brasileira tornou-se mais urbanizada. Como variantes dessa modalidade, destacam-se o agroturismo, os hotéis-fazenda, as fazendas-hotel, as pousadas rurais, os *spas* rurais, as segundas residências campestres e os *campings* e acampamentos rurais.

Segundo Etges (1998), o turismo rural surge como uma nova alternativa econômica para as propriedades do País. Essa atividade aproveita os recursos naturais já existentes, além da cultura e dos costumes da população.

Para ela, o que atrai o turista é a vida do agricultor. Uma opção é o visitante dormir na hospedaria e alimentar-se junto com a família, integrando-se com sua forma de viver e conhecendo sua alimentação típica.

Os benefícios que a comunidade teria com a implantação do turismo rural seriam basicamente: a geração de uma nova alternativa de renda; a animação da economia rural; a geração de empregos diretos e indiretos; a redução do êxodo rural; a preservação dos valores culturais; o resgate da autoestima do homem rural; e as atividades nas propriedades agropecuárias voltadas ao turismo receptivo.

Barrera (apud Almeida; Froehlich; Riedl, 2000, p. 197), por sua vez, aponta que "[...] todos os estabelecimentos que começam a operar no turismo rural incorporam mão de obra, tanto de forma direta como indireta, e, nesse sentido, a atividade tem um importante efeito de enraizamento".

Para Graziano da Silva e Campanhola:

[...] o turismo no meio rural deve ser uma atividade essencialmente difusa, diretamente relacionada com aspectos ambientais, e com especificidades inerentes a cada local. Nesse sentido, as estratégias devem se basear em economias de "gama" ao invés de economias de escala, pois a ideia não é maximizar o número de turistas, mas ampliar as ocasiões de gastos dos mesmos (Silva; Campanhola, 1999, p. 12).

Assim, pode-se dizer que o turismo rural é uma alternativa para o desenvolvimento local no que se refere ao aproveitamento das especificidades de cada território e ao pleno aproveitamento das suas potencialidades e oportunidades, abrangendo a diversidade de produtos e serviços ofertados ao turista que visita a sua propriedade. Isto porque ele corresponderia às "[...] atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade" (Graziano da Silva apud Silva; Campanhola, 1999, p. 4).

Para os mesmos autores, elas devem ser entendidas como:

[...] parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais a partir do "tempo livre" das famílias agrícolas, com eventuais frações de mão de obra externa. São exemplos de atividades associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo (Silva; Campanhola, 1999, p. 4).

Apesar das vantagens da atividade, também existe uma farta literatura que revela os seus efeitos negativos, muitas vezes irreversíveis, causados pela sua má utilização. Impactos econômicos, socioculturais e ambientais indesejáveis já estão sendo pesquisados e estudados para que possam ser amenizados, pois, como aponta Sartor (1981, p.18), "[...] o mau emprego do turismo tem degradado o valor cultural de numerosas localidades do mundo, onde o turismo intenso e desarticulado provocou, nos habitantes, processos de despersonalização".

Maximizar os impactos positivos advindos do turismo e tomar medidas para combater os impactos negativos diversos é, sem dúvida, o grande desafio para a sustentabilidade integral das áreas receptoras. Segundo Fialho e Schneider (2000, p. 46):

[...] o turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pois tem papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico cultural e natural da região onde está sendo explorado, mas, em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade através da influência dos turistas, como, por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento de custos de vida e a descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

As áreas receptoras do turismo de massa vêm sofrendo graves problemas de ordem socioambiental. Em relação àquelas provocadas sobre o meio natural, podem-se apontar: a compactação do solo e processos erosivos diversos; a fuga da fauna silvestre; a exposição das raízes das árvores às pragas; a poluição dos corpos líquidos, por meio de afluentes não tratados, hotéis e pousadas, embarcações turísticas; os incêndios, provocados por fogueira de acampamentos; a poluição sonora e atmosférica, provocada pela presença de automóveis; os desvios dos cursos de rios; a pisação em grutas; e outras.

A tentativa de mensurar a quantidade de pessoas que uma área turística pode suportar sem causar prejuízos ao meio ambiente e a qualidade da visita é um meio de se tratar com mais responsabilidade os impactos mais sustentáveis para as áreas turísticas.

De acordo com Pires (apud Marinho; Bruhns, 2003), o limite máximo de visitantes e/ou turistas que uma área pode suportar vem sendo estudado desde a década de 80. Entretanto essa preocupação sempre esteve no alvo das críticas dos especialistas sobre o assunto. A questão para esses especialistas reside no fato de que determinar o número de visitantes e/ou turistas não é suficiente para garantir uma vida responsável e impedir impactos indesejáveis ao meio visitado.

Para Seabra (apud Marinho; Bruhns, 2003, p. 109), "[...] a carga turística conta, hoje, com as variáveis de cunho ambiental, socioeconômico e sociocultural, para que as pessoas possam monitorar os impactos sobre o meio ambiente e sobre as populações, e garantir a satisfação do turista".

No turismo rural, o congestionamento pelo grande número de automóveis pode afetar a qualidade do ambiente natural, pela sua grande poluição sonora e do ar. Em muitos casos, a proliferação das atividades esportivas como o *mountain bike*, jipes e motocicletas, etc., além de perturbar a tranquilidade do ambiente, afeta o habitat natural, a flora, a fauna e pode causar erosões na região. "O turismo pode, assim, gerar efeitos negativos sobre o meio ambiente, contribuindo para a destruição e/ou deterioração de suas condições ecológica", destaca Luoto (apud Rabahy, 2003, p. 85).

Rabahy (2003, p. 84) ressalta que "[...] os efeitos do turismo rural no meio ambiente podem ser desastrosos, caso não seja adequadamente dimensionados. Os recursos naturais são limitados e a atividade turística se localiza preferentemente em áreas onde esses recursos são mais disponíveis".

Graziano da Silva e Campanhola (apud Fialho; Schneider, 2000) vão além, ao lembrarem que o excesso de turistas pode comprometer a própria atividade.

O aumento do fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente, como no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária (tanto a residente como os visitantes). Nesse caso, ocorre um aumento da poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios, que, em curto prazo, pode provocar a redução das visitas de turistas em razão da degradação e da perda da atratividade. (Fialho; Schneider, 2000, p. 36).

Segundo Fialho e Schneider (2000, p. 38), quando uma comunidade local não é planejada e ordenada, pode acarretar diversos tipos de danos e impactos, dentre eles:

- pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes

socioculturais dos mais jovens, que, em muitos casos, acabam se recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc;

- a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos;
- a poluição do ar pode ser gerada pelo uso excessivo de veículos com motor de combustão interna por turistas e operadores de viagens;
- a poluição das águas de superfície e subterrâneas pode ser consequência do descarte e do tratamento precário do esgoto e dos resíduos sólidos;
- é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto em localidades essa atividade pode dinamizar a economia, em outras, no entanto, pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o próprio sentido da iniciativa;
- característica que pode surgir com a expansão do turismo é o aumento da violência e do uso de drogas, típicos de situações sociais de intensificação das relações humanas;
- pode ocorrer o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia;
- e, por último, a valorização das terras. Em momentos de expansão, muitos agricultores aproveitam a alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrarem para trabalhar nas cidades.

No geral, devido a problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento devido à falta de garantias para a tomada de crédito.

Outro fator limitador é a incapacidade de adequação do agricultor ao turismo devido à sua tradição enraizada. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade a outra também pode tornar-se prejudicial, pois alguns ingressantes na atividade turística optam por abandonar por completo a agricultura, ocasionando um aumento da dependência externa e do custo de vida familiar, sem se mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários.

## **4 O turismo rural como possibilidade de desenvolvimento: análise dos resultados da pesquisa**

### **4.1 A pesquisa no Caminho das Pipas, no Município de Rolante**

A comunidade de Boa Esperança, onde foi realizada a pesquisa no Município de Rolante, localiza-se a aproximadamente 18 quilômetros da sede. Trata-se de uma comunidade predominantemente de origem italiana, que consiste em um grupo de aproximadamente 26 famílias, sendo que oito delas desenvolvem atividades ligadas à rota turística conhecida como Caminho das Pipas. Essa rota se desenvolveu e ganhou características de turismo rural após o fechamento da cooperativa que produzia vinhos na região por falência. A dependência em relação às empresas compradoras e, sobretudo, a demora no recebimento pelas vendas da safra estimularam os agricultores a instalarem suas próprias agroindústrias. Esses agricultores já tinham o conhecimento para a fabricação do vinho, pois se tratava de uma tradição familiar de produção para o consumo. A região, que havia ficado conhecida pela qualidade dos vinhos produzidos pela extinta cooperativa, começou aos poucos a receber os próprios clientes interessados na compra do vinho.

Mesmo que não fosse o objetivo inicial, o turismo rural foi-se desenvolvendo na localidade e, posteriormente, a Prefeitura, em conjunto com a Emater, resolveu formalizar e fomentar o turismo local, criando e divulgando a rota turística Caminho das Pipas. Esses mesmos órgãos passaram a oferecer cursos e palestras aos produtores, qualificando-os para que pudessem oferecer melhores serviços aos clientes, que frequentavam a localidade em número cada vez maior.

Todos os entrevistados afirmaram residir na propriedade há mais de 20 anos e ter recebido o título de posse de seus pais, num processo de transmissão intergeracional do patrimônio, característica da agricultura familiar, conforme ressaltam Seyfert (1985) e Wolf (1976), dentre outros.

O processo de obtenção e ampliação da propriedade nessa comunidade deu-se pela saída de alguns integrantes da família, para trabalharem em outras localidades ou centros urbanos, e também pela aquisição da parcela da propriedade de seus irmãos.

Em relação à sociabilidade, os entrevistados afirmaram participar ativamente na vida da comunidade e, quando possível, na do Município também. Um exemplo disso é que todos os agricultores entrevistados afirmam ser ligados à Igreja de

Nossa Senhora do Caravaggio e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que 14,29% fazem parte da diretoria. Além disso, 42,86% dos produtores possuem título de sócio em alguma cooperativa e 14,29% respondem por cargos na direção.

A maioria dos responsáveis pela propriedade (71,42%) possui idade entre 31 e 45 anos, sendo considerados pessoas jovens para o campo. A título de comparação, destaca-se que os responsáveis pela propriedade em Taquara com idade superior a 46 anos representam 92,86% do total.

A estrutura fundiária é marcada pela presença dos pequenos estabelecimentos; mais de 71% dos entrevistados possuem propriedades com área inferior a 40ha. Pelas próprias características geofísicas e ambientais, a utilização da área dos estabelecimentos mostra expressiva parcela de cobertura florestal, e a soma das áreas de mata plantada (24,72%) e de mata nativa (38,66%) chega a quase dois terços da área total das propriedades. Já a área utilizada com lavouras permanentes e temporárias representa 25,8% do total.

A área de mata plantada tem como principal finalidade fornecer madeira à propriedade, evitando, desse modo, que as árvores da mata nativa sejam derrubadas. Segundo os produtores entrevistados, a água da propriedade, que tem sua nascente geralmente dentro das matas nativas, é utilizada para o consumo, o abastecimento de pulverizadores, a limpeza de máquinas e equipamentos e o consumo da criação.

A área destinada à lavoura permanente ocupa, nessa comunidade, 19,7%, do total, indicando que os produtores destinam uma área três vezes maior às lavouras permanentes do que às temporárias. É na lavoura permanente que está centralizada a principal atividade da agricultura local, a viticultura. Na transformação desse produto em vinhos e sucos, é onde está a sua principal fonte de renda, como será evidenciado adiante.

A ocupação atual dos responsáveis pelo estabelecimento está toda voltada para a agricultura e a agroindústria de vinho. A mão de obra utilizada na propriedade é familiar, sendo composta, em média, por três pessoas por propriedade, e a principal atividade desempenhada por eles é o cuidado com os parreirais, sendo o tempo excedente destinado à realização de capinas, limpeza de maquinários e outras atividades.

Cabe aqui salientar-se algo típico da produção do turismo rural, que é a prestação de serviços. Um exemplo nessa localidade é o de um produtor que fornece o espaço físico de sua propriedade para a realização de jantares de confraternização, negócios ou, até mesmo, para eventuais comemorações. Em geral, são servidos churrascos e/ou pratos típicos da culinária italiana. Grande parte dos produtos utilizados na realização do jantar é de produção própria ou adquirida de vizinhos, dentre eles: massa caseira, batata, queijo, linguiça e ovos. O vinho é exclusivo da sua propriedade. Em resumo, potencializa-se o

consumo dos produtos da propriedade e da comunidade a partir da prestação de serviços. Somente em casos excepcionais, os clientes levam os produtos que desejam, mas, nesse caso, os responsáveis pelo estabelecimento incumbem-se da preparação do jantar.

Esse exemplo endossa o que diz Cavaco (1996), para quem o desenvolvimento local indica que se devem combinar as propostas de valorização dos produtos agrícolas com atividades ligadas ao turismo e à cultura, tais como feiras e festas centradas em temas regionais e locais, valorizando produtos, trabalhos, tradições, jogos e comidas típicas regionais.

Outro produto associado à atividade turística é a criação de peixe, realizada em 42,86% das propriedades, sendo que 33,33% da produção é para o consumo anual, e o restante é vendido.

Além disso, destacam-se outros derivados cuja venda contribui na formação da renda nos estabelecimentos. Os agricultores apontam que são vendidos 60% da produção de mel e de ovos, 71% da produção de queijo e 75% da produção de linguiça. Ou seja, para todos esses produtos, destaca-se a importância da produção comercializada, potencializada pelo turismo, conforme apontam os próprios produtores.

Reforça tal constatação a venda de produtos artesanais agrícolas e não agrícolas produzidos nos últimos 12 meses, mostrados na Tabela 1. O vinho é o produto artesanal mais vendido (98,53% do total), mas igualmente são significativos os percentuais vendidos de geleia (96,10%) e de massa caseira (66,6%).

Tabela 1

Produção artesanal dos agricultores na comunidade de Boa Esperança — últimos 12 meses

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO CONSUMIDA	PRODUÇÃO VENDIDA
Vinho (litro) .....	421 000	6 200	414 800
Geleia (kg) .....	3 080	120	2 960
Massa (kg) .....	150	50	100
Suco de uva (litro) ..	50	50	0

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelos autores.

Nessa localidade, cabe destacar-se que um único produtor é responsável pela produção de 300.000 litros de vinho, o que equivale a 75% do total. Mesmo assim, a média de produção para os demais produtores de vinho ultrapassa os 20,1 mil litros/ano.

Além dos aspectos ambientais, do emprego e da produção destacados acima, as discussões referentes ao turismo rural delegam um peso considerável ao aspecto renda. A Tabela 2 mostra a composição das rendas bruta e líquida das propriedades pesquisadas.

Verifica-se que a produção agrícola (aí incluída a produção vitícola) representa 87,94% da renda líquida do conjunto das propriedades. Depois dessa, a fonte de renda mais importante consiste nas aposentadorias e/ou pensões, que representam 9,09% da renda líquida dessas famílias.

Tabela 2

Média da produção agrícola anual na comunidade de Boa Esperança —

DISCRIMINAÇÃO	RENDA BRUTA		CUSTO DA PRODUÇÃO		RENDA LÍQUIDA	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Produção agrícola	769 580,00	94,34	460 640,00	99,19	308 940,00	87,94
Produção pecuária	1 140,00	0,14	490	0,11	650	0,19
Derivados da produção animal e vegetal .....	7 085,00	0,87	3 280,00	0,71	3 805,00	1,08
Aposentadorias e/ou pensões .....	31 920,00	3,91	0	0,00	31 920,00	9,09
Renda de trabalho não agrícola fora da propriedade .....	6 000,00	0,74	0	0,00	6 000,00	1,71
<b>TOTAL</b> .....	<b>815 725,00</b>	<b>100,00</b>	<b>464 410,00</b>	<b>100,00</b>	<b>351 315,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelos autores.

Por si só, esses números não dizem muito, mas um bom parâmetro de comparação para a renda gerada na comunidade é o que se observa na Tabela 3. Nela, verifica-se que a renda *per capita* dos produtores de Boa Esperança é quase quatro vezes maior do que a atual renda *per capita* do Município de Rolante e mais que o dobro da renda *per capita* no Estado do Rio Grande do Sul. A título de ilustração, vale ressaltar-se que essa renda *per capita* dos agricultores de Boa Esperança colocaria a localidade na 24ª posição no *ranking* do Estado, muito à frente da 442ª colocação ocupada pelo Município.

Tabela 3

Renda *per capita* na comunidade de Boa Esperança, em Rolante e no Rio Grande do Sul — 2007

DISCRIMINAÇÃO	PIB (R\$ 1 000)	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)
Comunidade de Boa Esperança .....	815,73	27 190,83
Rolante .....	144 115,00	7 161,00
Rio Grande do Sul .....	142 874 226,00	13 320,00

FONTE: FEE (2007).

Com relação à atividade de turismo, eles não sabem dizer com exatidão qual o percentual de lucro que essa atividade gera, mas dizem que grande parte dos lucros obtidos é oriunda das vendas dos produtos para os turistas que visitam as suas propriedades, pois, com isso, conseguem um melhor preço pelo produto, dispensando a margem do atravessador.

Um dos produtores entrevistados aponta que:

[...] a vinda do turista pra cá foi uma boa, os nossos lucros aumentaram... ficamos menos dependente do atravessador... a criação da rota ajudou bastante... mas é bom que fique claro, que antes mesmo da criação da rota os turistas já vinham pra cá... era menos, mas vinham.

Também foi solicitado aos agricultores que apontassem as principais mudanças ocorridas na comunidade, nos últimos 20 anos. Merecem destaque, inicialmente, as referências à saída de jovens para trabalhar nos centros urbanos, ao aumento da quantidade de turistas a visitar a região e à retomada das festividades e tradições típicas, casos da Festa do Vinho, da Festa de Nossa Senhora do Caravaggio e do recente Baile à Italiana, os quais, segundo eles, ampliaram os atrativos para o turismo local.

Em se tratando das mudanças no estabelecimento, merecem atenção aquelas ligadas ao perfil da produção e a aspectos ambientais.

Em relação ao perfil da produção, sobressai-se a diminuição da área com lavoura e com pastagens (redução em 85,72% das propriedades), o aumento da fertilidade do solo (em 71,43% delas) e o aumento da mão de obra utilizada no estabelecimento (apontada por 85,71%).

Quanto aos aspectos ambientais, o destaque positivo fica para o aumento da área de mato e/ou floresta (85,72%) e do número e da diversidade de pássaros e outros animais silvestres (100%). Já o negativo está relacionado especialmente

com a água e os recursos hídricos: segundo os agricultores, o volume e a qualidade da água nos rios e nascentes diminuíram, e, além disso, o uso de insumos químicos e agrotóxicos aumentou.

Em geral, os produtores apontam uma melhoria da sua qualidade de vida. Um dos entrevistados afirma que "[...] a qualidade de vida, depois da abertura das agroindústrias e do Caminho das Pipas, melhorou, e muito, a vida de todos nós". Para ele, o aumento da área com mata plantada está diretamente ligado ao turismo rural, pois, como a maioria dos seus produtos é comercializada diretamente ao consumidor, sobra uma parcela do lucro que seria despendido com vendedores e ou atravessadores. Assim eles podem dedicar-se melhor a uma menor área, produzindo a mesma quantidade ou até mais, onde antes era necessário um espaço maior. Dessa forma, eles estão conciliando o turismo rural com a preservação do meio ambiente e o sustento de sua família.

Mesmo assim, vale ressaltar-se que os mesmos agricultores afirmam que o aumento da área de mata na comunidade foi resultado, em grande parte, do plantio de pinus, acácia-negra e, em menor escala, de eucalipto, o que não significa, necessariamente, qualidade e diversidade no aspecto ambiental.

## **4.2 A pesquisa nos Caminhos de Rodeio Bonito, no Município de Taquara**

As 14 propriedades que fizeram parte dessa pesquisa em Taquara não estão concentradas em uma única região, como é o caso da localidade da Boa Esperança no Município de Rolante.

Em algumas das propriedades dessa localidade, iniciou-se um trabalho de turismo rural intitulado Caminhos de Rodeio Bonito, porém, conforme relataram os produtores, por motivos políticos e falta de conscientização por parte de alguns produtores, o projeto encontra-se atualmente parado. Ou seja, trata-se de um projeto não consolidado de turismo rural.

Nessa localidade, a origem predominante é alemã. Do mesmo modo que os produtores de Boa Esperança, os produtores taquarenses que fizeram parte da pesquisa também relataram que já residem na propriedade há mais de 20 anos e que o principal modo de aquisição do imóvel se deu através da herança (78,57%).

Quanto à sua participação na vida da comunidade e na do Município, ela está aquém da observada na comunidade rolantense. Em Taquara, 64,29% dos entrevistados afirmam ter participação na Igreja, 28,57% participam de alguma associação como sócios, e 7,14% possuem cargos de direção. No sindicato

dos trabalhadores rurais, 64,29% participam como sócios, e, na cooperativa, 42,86%.

Como a área geográfica de Taquara é bastante extensa e possui diversos bairros urbanos e rurais, ela apresenta uma diversidade de festividades populares ao longo do ano em cada diferente localidade do Município, sendo as mais expressivas, de acordo com os entrevistados, a Festa do Peixe, que ocorre na localidade de Olhos d'água, a tradicional feira agropecuária de Taquara — a Expocampo —, que é um dos eventos agropecuários mais importantes do Estado, e a Ciranda Musical Teuto-Rio-Grandense, festival de música que ocorre a cada dois anos. Cabe salientar-se que, nas regiões onde estão situadas as propriedades pesquisadas, ocorrem festas da Igreja e/ou da comunidade, que são muito conhecidas e apreciadas pelos moradores do Município e, até mesmo, pelos moradores do Vale do Sinos.

No total, constatou-se a presença de 62 pessoas nas propriedades em que se realizou a pesquisa, sendo que, dessas, 46 integrantes da família residem na propriedade; um, em outra propriedade do meio rural; 11, no meio urbano do município; e 4, no meio urbano de outros municípios. A média de filhos nessas famílias é de 2,22, e é interessante notar-se que 62,5% dos filhos ainda residem na propriedade, enquanto apenas 23% das filhas estão nessa condição.

Sobre essa realidade, Mendras (1995, p. 236) lembra que o próprio desenvolvimento do êxodo rural contribui para mudar essa situação. A partir de certo momento, "[...] são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas".

A metade dos responsáveis (50%) possui entre 46 e 60 anos, os que apresentam 60 anos ou mais já representam 42,86%. Do mesmo modo os seus cônjuges com idade entre 46 a 60 anos representam 53,85% nas famílias entrevistadas, e os cônjuges com mais de 60 anos, 38,46%. Comparados com os da comunidade de Rolante, os produtores de Taquara apresentam uma idade bem mais avançada, o que, para a realização dos trabalhos agrícolas, é um fator negativo, pois essa atividade, além do conhecimento, exige força física.

A estrutura fundiária dos estabelecimentos pesquisados mostra que as propriedades com área inferior a 40 hectares representam quase 65% do total, ou seja, são caracterizadas como pequenas propriedades.

A área de cobertura florestal entre as propriedades entrevistadas equivale a 43,26% do total da área da propriedade. Desse percentual, 36,08% representa mata nativa, e 7,18%, área de mata plantada. Ao contrário da localidade de Boa Esperança, onde a área de mato tem por objetivo fornecer madeira à propriedade, a área de mato no Município de Taquara não apresenta essa mesma condição. Neste último, os produtores relataram que o mato foi nascendo naturalmente

após o abandono das lavouras. Além disso, há priorização para a utilização das áreas mais planas, as quais permitem o uso de equipamentos.

Quando indagados sobre o motivo da não substituição da área de mato nativo por mato plantado, os mesmos comentaram que até poderiam realizar a troca, mas que a propriedade fica mais valorizada quando a área de mato natural é maior do que a plantada.

As áreas de lavoura permanente e temporária, juntas, representam quase 18% da área utilizada na propriedade. Os principais cultivos são: arroz, milho, aipim e feijão.

A utilização da mão de obra nesse município, no último ano, foi toda familiar, destinada às principais atividades de cada propriedade, sendo uma média de três pessoas por estabelecimento. Nessas propriedades, quando da comparação com o Município de Rolante, há uma quantidade de empregados permanente menor. Há troca de dias e, até mesmo, participação em mutirão, o que geralmente acontece quando os vizinhos estão mais necessitados, sendo que esse tipo de troca de serviço ocorre geralmente em épocas de capinas ou colheitas. Os empregos temporários também são solicitados, mas por pouquíssimo tempo, segundo os produtores, menos que 10 dias por ano.

Segundo o relato dos entrevistados, 35,71% tem como a atual ocupação o trabalho agrícola. Esse mesmo percentual (35,71%) é relativo aos agricultores aposentados, mas que ainda trabalham na agricultura como um modo de poder complementar a sua renda. Os demais produtores (28,58%) dividem o tempo entre os trabalhos agrícolas e a agroindústria e em trabalhos agrícolas e assalariados não agrícolas.

Em relação à produção nos estabelecimentos, merecem destaque as produções artesanais agrícola e não agrícola e a produção animal de peixes (associada aos pesque-pagues) pela sua relação com a atividade de turismo rural.

Na Tabela 4, observam-se a diversidade da produção artesanal e, em especial, o elevado percentual da produção vendida.

Na produção animal, a criação de peixes foi a atividade que se destacou na pesquisa, estando presente em 57,14% das propriedades. Foi informada uma produção superior a 16.000 quilogramas, sendo que 94,37% dela foi vendida. A produção é geralmente comercializada na feira do produtor; em vendas diretas, através dos pesque-pagues, onde o consumidor vai até a propriedade e pesca seu próprio peixe; em supermercados, através do beneficiamento das agroindústrias e, principalmente, nas semanas que antecedem a semana santa.

Nesse tema, Sluszz e Froehlich (2003) indicam que o espaço rural se configura em alvo de um espectro bem-diversificado de interesses, os quais não são excludentes entre si, mas, na maioria das vezes, complementares; e, no

propósito de atender à demanda gerada por essa particular vontade de consumo, que possibilita uma ampla estrutura de oportunidades, conforma-se uma variada e eclética oferta de serviços, estabelecimentos, lugares, produtos, etc. E, para eles, a pesca é, seguramente, uma das modalidades que mais tem-se difundido no espaço rural. Isso é verdadeiro para o caso em análise, visto que mais da metade das propriedades desenvolve essa atividade.

Tabela 4

Produções artesanais agrícola e não agrícola em propriedades rurais pesquisadas do Município de Taquara — últimos 12 meses

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO TOTAL	PRODUÇÃO CONSUMIDA		PRODUÇÃO VENDIDA	
		Volume	(%)	Volume	(%)
Biscoito (kg) .....	300	20	6,67	280	93,33
Pão (unidades) .....	8 200	150	1,83	8 050	98,17
Cuca (unidades) .....	2 880	40	1,39	2 840	98,61
Rosca (unidades) ....	960	40	4,17	920	95,83
Geleia (kg).....	290	50	17,24	240	82,76
Schimia (kg) .....	70	40	57,14	30	42,86

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelos autores.

Em relação aos derivados da produção animal, observou-se a importância da produção de leite (349.000 litros/ano), com 94,19% da produção comercializada junto às empresas de laticínios. Além disso, também foram ressaltados o mel e os ovos, que são vendidos diretamente ao consumidor, na feira municipal, e, em alguns casos, para as agroindústrias de massas e pães localizadas próximas às propriedades.

Isso está em consonância com o que diz Portuguesez (1999), para quem o turismo não transforma, mas une os Setores Primário e Secundário da economia, sendo que seu produto se compõe de atividades e serviços que abrangem bens de alimentação, transportes e produtos típicos locais.

Na Tabela 5, os principais componentes da renda dos produtores taquarenses pesquisados são derivados da produção animal, com 19,26%, aposentadorias e/ou pensões, representando 18,48%, e produção pecuária, com 15,36% da renda líquida. Em patamares menores, aparecem renda da produção agrícola, com 9,02%, atividades do turismo, com 8,61%, e arrendamento

de terras, com 8,37% da renda líquida. Os trabalhos agrícolas fora do estabelecimento, a renda do trabalho agrícola fora do estabelecimento e outros representam juntos 16,32% da renda líquida dos produtores. É importante salientar-se que o item outros corresponde à atividade resultante da intermediação entre a compra e a venda de peixes por um produtor junto aos demais.

Tabela 5

Média da produção agrícola anual em propriedades pesquisadas do Município de Taquara —

DISCRIMINAÇÃO	RENDA BRUTA		CUSTO DA PRODUÇÃO		RENDA LÍQUIDA	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Produção agrícola .....	67 570,00	9,61	29 850,00	10,46	37 720,00	9,02
Produção pecuária .....	192 900,00	27,42	128 680,00	45,10	64 220,00	15,36
Derivados da produção vegetal e animal .....	182 269,00	25,91	101 760,00	35,67	80 509,00	19,26
Aposentadorias e/ou pensões .....	77 270,00	10,99	0,00	0,00	77 270,00	18,48
Renda não agrícola .....	19 200,00	2,73	0,00	0,00	19 200,00	4,59
Atividades do turismo	36 000,00	5,12	0,00	0,00	36 000,00	8,61
Trabalho não agrícola fora do estabelecimento	27 200,00	3,87	0,00	0,00	27 200,00	6,51
Arrendamento de terras	35 000,00	4,98	0,00	0,00	35 000,00	8,37
Aluguel de máquinas .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda trabalho agrícola fora do estabelecimento	16 000,00	2,27	0,00	0,00	16 000,00	3,83
Programas sociais .....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros .....	67 570,00	7,11	25 000,00	8,76	25 000,00	5,98
<b>TOTAL</b> .....	<b>192 900,00</b>	<b>100,00</b>	<b>285 290,00</b>	<b>100,00</b>	<b>418 119,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Pesquisa de campo realizada pelos autores.

A título de comparação, a Tabela 6 mostra a renda *per capita* nas propriedades pesquisadas, em Taquara e no Rio Grande do Sul, assim como já se demonstrou no caso de Rolante. Novamente, verifica-se que a renda *per capita* nas propriedades está acima da do Município, sendo quase três vezes maior. Igualmente, é maior em relação à renda *per capita* estadual.

Segundo os dados da FEE (2007), se a renda *per capita* do Município fosse equivalente à renda das propriedades pesquisadas (R\$ 15.626,87), ele ocuparia a 124ª posição no *ranking* estadual, ao invés da atual 482ª colocação.

Tabela 6

Renda *per capita* nas propriedades pesquisadas, em Taquara e no Rio Grande do Sul — 2007

DISCRIMINAÇÃO	PIB (R\$ 1 000)	PIB <i>PER CAPITA</i> (R\$)
Propriedades pesquisadas .....	703 409,00	15 626,87
Taquara .....	334 397 000,00	5 752,00
Rio Grande do Sul .....	142 874 226,00	13 320,00

FONTE: FEE (2007).

O que os dados parecem indicar é que existe um bom potencial da atividade do turismo rural nas propriedades, mesmo que esta não esteja consolidada e formalizada como ocorre, em Rolante, no Caminho das Pipas. Isto porque a articulação das atividades agropecuárias com as atividades turísticas está presente nas propriedades investigadas, e, em muitos casos, é a presença do turismo que viabiliza a comercialização de produtos.

Quando questionados sobre as principais mudanças ocorridas, do mesmo modo que na localidade de Boa Esperança, o destaque ficou por conta da saída de produtores do campo, especialmente de jovens.

Nos aspectos ambientais, há sinalização de mudanças positivas no aumento de área de mato e/ou floresta (indicado por 50% dos entrevistados), no uso de insumos orgânicos (50%) e na redução dos insumos químicos (57,14%), na quantidade e na diversidade de pássaros e outros animais silvestres (71,43%) e na fertilidade do solo (50%). Entretanto, novamente, o destaque negativo fica para o volume de água das nascentes e dos córregos.

Novamente, destaque-se que a atividade turística está ligada diretamente ao meio ambiente e o utiliza como mercadoria a ser consumida e transformada, produzindo o espaço turístico. Porém, para se considerar esse "meio ambiente", é preciso ter em discussão que as ações antrópicas no espaço geram ambientes diversificados, cada um com sua significação e com seu grau de importância para a humanidade. E, nesse caso, a própria atividade turística também apresenta determinadas ações sobre o meio, as quais podem ser negativas.

Por último, é interessante ressaltar-se que a maioria dos produtores entrevistados (92,86%) afirma que não gostaria de mudar de atividade. Na mesma linha, 78,53% dos filhos também afirmam ter interesse em permanecer na propriedade e dar continuidade às atividades exercidas pelos seus pais.

## 5 Considerações finais

Ao se estudar o turismo rural como fonte geradora de trabalho e renda nas pequenas e médias propriedades rurais dos Municípios de Taquara e Rolante, tinha-se a intenção de averiguar se realmente essa atividade do Setor Terciário poderia constituir-se em instrumento para potencializar e desenvolver a região rural dos municípios em estudo. Para isso, de acordo com diversos autores aqui citados, alguns elementos devem ser analisados. Dentre eles, destacam-se elementos econômicos (como emprego e renda), sociais (infraestrutura, educação e qualidade de vida), culturais (preservação do patrimônio sociocultural) e ambientais.

A rota turística Caminho das Pipas já existe há aproximadamente 10 anos. Percebeu-se, na pesquisa, que é uma região que possui sua base econômica voltada para a produção de vinhos. Os moradores dessa localidade estão conscientes da necessidade de se preservar a natureza e de manter vivos os costumes e a tradição da sua origem, que é predominantemente italiana. Isso, segundo o referencial teórico utilizado, é de suma importância para o desenvolvimento e a manutenção do turismo rural.

Na localidade de Taquara, o turismo rural ainda não foi implantado efetivamente, apesar de já haver sido iniciado um trabalho a respeito do assunto, intitulado Caminhos de Rodeio Bonito. Porém, à luz dos dados da pesquisa, parece que se está caminhando involuntariamente para isto. Os produtores já realizam, em muitos casos, essa atividade sem a conhecerem ou, pelo menos, sem a noção de que a estão fazendo. Exemplos disso são a comercialização dos seus produtos a clientes que visitam as propriedades, a venda de peixes através dos pesque-pagues, a abertura de agroindústrias e a venda de seus produtos agroindustrializados.

Com a criação desse mercado para o escoamento da produção agrícola, há um complemento para a renda das famílias rurais, podendo ser explorado através de produtos característicos da região que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional.

A relação mão de obra/turismo rural confirma-se na época da colheita da uva, quando o aumento da contratação da força braçal se dá com maior intensidade

na localidade de Boa Esperança. Na localidade de Taquara, essa intensidade da contratação da mão de obra se dá na época da despesca, ou seja, na época em que os agricultores secam seus açudes e vendem os peixes para os clientes. A despesca geralmente ocorre poucos dias antes da semana santa, que é quando a procura por esse produto se dá com maior intensidade.

Conforme o relato dos produtores, a implantação da rota turística trouxe a eles melhor qualidade de vida e segurança financeira, o que, antes da implantação dessa rota, não tinham.

Na infraestrutura, houve melhora de um modo geral, desde o acesso à propriedade até a sua infraestrutura interna, seja na aquisição de algum equipamento que os ajudasse a melhorar o desempenho e a qualidade da sua produção de vinho, para os produtores de Boa Esperança, seja na própria instalação física da propriedade, como o aumento e/ou melhoramento de galpões, casas e outros.

A conscientização ambiental já é algo real nessa comunidade, onde eles possuem a noção do que é certo ou não fazer. As crianças, desde cedo, aprendem que a beleza da natureza, a qualidade dos produtos oferecidos e a dedicação com que os produtores os oferecem aos seus clientes fazem a diferença, tornando a rota turística o que ela é atualmente.

Segundo os produtores, o meio ambiente, após a implantação da rota turística, é o que mais se tem beneficiado, pois as áreas que eram antes utilizadas na produção de alimentos se tornaram hoje área de mato. Outro fator que, conforme os produtores, cabe salientar-se é o aumento substancial do número e da diversidade de animais.

Outro destaque no aspecto da preservação de hábitos e costumes foi a criação pelos produtores do Baile à Italiana. Essa é uma forma de se manterem vivos os laços com a etnia e também de mostrar a riqueza cultural que existe entre as diversas comunidades.

Pelo exposto, conclui-se que, devido aos resultados obtidos na pesquisa, a prática da atividade turística no meio rural pode representar a solução de diversos problemas, um grande incremento econômico, a melhoria das condições gerais de vida das comunidades envolvidas na localidade e, por que não dizer, no seu entorno, ou seja, mais uma evidência de um "novo rural" que está a desenvolver-se na região estudada. Tal conclusão leva a afirmar que o turismo rural merece ser incentivado e desenvolvido de forma adequada e consciente, pois representa, em última análise, a valorização não só dos patrimônios natural e cultural e da proteção do meio ambiente, mas, principalmente, a valorização do homem como beneficiário final de todo o processo.

## Referências

ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

BALDASSO, Nelson Antônio. **O caso do Município de Rolante**, 2001. Disponível em: <[http://www.rimisp.org/dfid/rolante\\_br.pdf](http://www.rimisp.org/dfid/rolante_br.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2007.

CARVALHO, Mirian Rejowski de. **Bibliografia dos docentes da ECA/USP: 13 Turismo**. São Paulo; ECA/USP, 1992.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adir B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 95-121.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; SCHNEIDER, Fialho. **Agricultura familiar e as rendas não agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos Municípios de Dois Irmãos e Ivoti — RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER — FEE. **Resumo estatístico dos municípios**. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>. Acesso em: 08 nov. 2007.

IBGE. **Censo agropecuário 1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. CD-ROM.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998. **Anais...** Poços de Caldas, 1998. v. 2, p. 555-566.

MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini. **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.

MENDRAS, H. **Les sociétés paysannes**. Paris: Gallimard, 1995.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. São Paulo: Manole, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Loyola, 1990.

RABAHY, Wilson A. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri, SP: Manole, 2003.

SARTOR, Lourdes Fellini. **Turismo rural**. Porto Alegre: Ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 205p.

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Campinas: Unicamp, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

SEYFERT, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n. 52, maio 1985.

SILVA J. Graziano da. Evolução do emprego rural e agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, Curitiba, 1995. **Anais...** v. 2, p. 1437-1459.

SILVA J. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA J. Graziano da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SILVA J. Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 maio 2007.

SILVA J. Graziano da; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Campinas: EMBRAPA/UNICAMP. 2000. 4v.

SILVA J. Graziano da; CAMPANHOLA, C. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: turismo no espaço rural brasileiro. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 9-42.

SILVA J. Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

SILVA J. Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SLUSZZ, T.; FROEHLICH, J. M. Lazer e turismo no espaço rural da região central do Rio Grande do Sul. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação**, Santo Ângelo, 2003.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: TEDESCO (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Campinas, 1998. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/publicações](http://www.eco.unicamp.br/publicações)>. Acesso em: 12 mar. 2007.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.